



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO**  
**COMITÊ DE GESTÃO DA ESTRATÉGIA**

**ATA DE REUNIÃO**

<b>Data</b>	14/03/2019
<b>Início</b>	15:10
<b>Fim</b>	17:00

**1. Participantes.**

<b>Nome</b>	<b>Unidade</b>
Bruno Cezar Andrade de Souza	Diretoria-Geral
Luciano dos Santos Dantas	Secretaria de Administração
Daniel Breuer	Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais
Andre dos Santos San'Anna	Secretaria de Tecnologia da Informação
Marcio Bispo de Oliveira	Secretaria de Orçamento e Finanças
Danielle da Cunha Martins Ribas	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão

**Convidados**

<b>Nome</b>	<b>Unidade</b>
Sérgio dos Santos Pinto Junior	Coordenadoria de Engenharia
Patrícia Braga Uribbe Castro	Seção de Fiscalização de Serviços de Engenharia
Fabio Galerani Rodrigues Alves	Coordenadoria de Formação de Contratos
Luiz Geraldo Cernicchiaro	Coordenadoria de Orçamento
Rejane Tiburcio Chaves	Seção de Controle Orçamentário
Vanessa Ferreira Martins Vilela	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão
Flávia Conceição de Lima Vidal	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão
Larissa de Matos Biajoli	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão
Aldenir Acimen de Moraes	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão

**2. Pauta**

Discussões sobre orçamento de iniciativas estratégicas para 2020.

Em razão da pauta alguns membros foram dispensados: a representante da Presidência, a representante da VPCRE, a representante da Escola Judiciária Eleitoral, a Secretária Judiciária, o Assessor de Comunicação e a Secretária de Gestão de Pessoas.

**3. Descrição da reunião**

Aberta a reunião pelo Diretor Geral, foi passada a palavra para Flavia Conceição de Lima Vidal, da Asplan.

Inicialmente foram apresentadas aos presentes as novas integrantes da Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão – Asplan: a Sra. Danielle da Cunha Martins Ribas, Assessora de Planejamento e Gestão, e a Sra. Vanessa Ferreira Martins Vilela.

Foram em seguida lidos os itens da pauta da reunião: Apresentação do estudo de viabilidade para a Adequação do Arquivo Central; Adequação do NUAD – protocolo n. 90.369/2018; Projeto Modernização

das Instalações Elétricas do NUAD; Pagamentos previstos para 2020 decorrentes de contratos assinados nos projetos estratégicos de 2018; Valores a serem inseridos no orçamento 2020 para atender a contratações previstas nos atuais projetos estratégicos do PDE.

Flavia Conceição de Lima Vidal explicou que estes assuntos interferem uns nos outros e que por isto não devem ser discutidos separadamente, em seguida, pontuou os valores que hoje constam no PDE como necessários em 2020 para atender às contratações previstas nos projetos estratégicos:

Modernização do Data Center – R\$6.000.000,00

Rede Privada Virtual – VPN (links para acesso de dados na capital) – R\$ 667.986,06

Sistema de prevenção e combate a incêndios na Sede do TRE/RJ – A ser definido (devendo ser apresentado nesta reunião uma estimativa pelo Secretário de Serviços Gerais)

Modernização das instalações elétricas do NUAD – R\$480.000,00

Total: R\$7.147.986,06

Lembrou também que R\$108.077,21 já estão comprometidos do orçamento de 2020 para honrar contratos assinados em 2018 no curso de projetos estratégicos referentes à:

Implantação do Sistema de Gestão por competências – R\$17.725,05

Modernização do Data Center – R\$63.294,59

Implantação da ferramenta de inteligência e de exploração de dados – BI – R\$27.057,57

Finalizando, pontuou que a gerente do projeto “Implantação da ferramenta de inteligência e de exploração de dados – BI” indicou que será necessário contratar mais horas de consultoria.

Luiz Geraldo Cernicchiaro apontou que o cronograma do TSE mudou e enviará às unidades o novo cronograma tão logo esteja disponível.

#### **Estudo de viabilidade para a Adequação do Arquivo Central**

##### **Outras adequações necessárias no CAJU**

O Secretário de Administração, Luciano, explanou que a conclusão do estudo indica 7 possibilidades, em escala de prioridades, que vão desde a construção de um novo arquivo em terreno da Justiça Federal em São Cristóvão até a adequação da estrutura atual do Caju, e que, em resumo, seriam três frentes: construção de um novo, locação de um novo ou adequação do atual.

Luciano esclareceu que existem 02 premissas que precisam ser enfrentadas: 1ª: o Caju enquanto unidade que fará o armazenamento atual da Sede e de todo o arquivo que atualmente se encontra nas ZEs; 2ª: a necessidade de interação com a sociedade para promover acesso a informação e cultura.

Para ele, se considerarmos a 2ª premissa não há opção de manter o arquivo no Caju, salvo se a promoção de acesso à informação e à cultura não for importante, situação em que se pode considerar a opção de reformar o Caju. Assim, somente após o enfrentamento da 2ª premissa será possível decidir a respeito das diversas soluções apresentadas.

Pontuou ainda que a solução do Arquivo está associada à solução para todo o imóvel do Caju, pois o Tribunal parece ter o ideal de sair do imóvel do Caju, mas não consegue viabilizar essa saída, e, por outro lado, tampouco investe o suficiente para sanar as deficiências de forma definitiva.

O Diretor-Geral pontuou que todas as soluções para o Caju são de longo prazo, e que atualmente o

Caju não oferece condições mínimas, sendo preciso atuar de forma emergencial para sanar os problemas mais urgentes como calhas, lajes, parte elétrica e segurança.

Patricia Braga Uribbe Castro, da SEFISC, indicou que tudo no Caju tem solução, mas é preciso que o TRE decida se vai de fato investir neste imóvel ou não, porque as soluções paliativas não são mais suficientes, elas não resolverão os problemas.

Quanto a 1ª premissa o Diretor-Geral pontuou que a quantidade de documentos que o arquivo está recebendo já diminuiu em razão da implantação do PJE no 2º grau e a tendência é diminuir ainda mais com o SEI e o PJE no 1º grau.

Lado outro, de acordo com Luciano o passivo de documentos de guarda permanente existentes nas ZEs é enorme, além de, em muitos casos, estarem arquivados da forma inadequada. Para ele, este passivo, em algum momento irá para o Arquivo. Para Patrícia essa movimentação futura gerará economia, porque diminuirá a área dos cartórios, que, em regra, estão em locais mais caros.

O Diretor-Geral esclareceu que em razão de existirem outras demandas mais urgentes para 2020, como o projeto Data Center, não seria possível incluir no orçamento o montante de R\$6.000.000,00 para a solução definitiva do Arquivo, mas que deveria ser incluído, no orçamento, o valor necessário para sanar as questões emergenciais do Arquivo.

Neste sentido levantou-se a possibilidade de usar parte do orçamento deste ano de 2019 que não seja executado (R\$380.000,00 do projeto Modernização das Instalações Elétricas do NUAD e, talvez, R\$1.700.000,00 do Data Center) para as obras emergenciais do Arquivo, mas o Secretário de Administração disse acreditar ser improvável que a Engenharia do Tribunal consiga realizar qualquer execução neste ano, porque primeiro é necessário a elaboração de um TR e de um projeto de adequação

Além disso, o Secretário de Manutenção e Serviços Gerais, Daniel, disse que não tem disponibilidade de pessoal para fazer grandes adequações no CAJU neste ano, pois já fará a fachada da Sede e a marquise, e que, nem há possibilidade de contratar uma empresa que execute tais obras, pois demandaria tempo para fazer um TR para contratar essa empresa, e a SSG tem outras demandas urgentes, como rever a forma de contratar o serviço de manutenção e de transporte.

Por fim, considerando que no final de 2019 deve ser entregue o relatório do *Estudo sobre o modelo de armazenamento de urnas eletrônicas*, uma das hipóteses seria pensar em uma solução comum para ambos, como um grande arquivo central.

**Deliberação:** não houve

**Prazo:** não houve

**Unidade responsável:** não houve

#### **Modernização das Instalações Elétricas do NUAD**

Daniel explicou que após a análise detalhada das etapas internas de contratação pela gerente, em conjunto com a equipe de projetos da Asplan, identificou-se que a contratação da execução do projeto de modernização das instalações elétricas provavelmente não ocorrerá em 2019, como previsto na atual ficha do PDE, mas somente em 2020, podendo estender-se até o final de 2020. E, por consequência, o valor de R\$480.000,00 que consta na proposta orçamentária de 2019 não será executado.

Luiz Geraldo Cernicchiaro pontuou que do valor acima citado aproximadamente R\$100.000,00 está

<p>pré empenhado para a contratação do projeto básico e executivo, pois o orçamento original para a contratação do projeto foi previsto em 2018, não tendo sido empenhado naquele ano.</p> <p>O Diretor-Geral sugeriu que, considerando existirem outras demandas mais urgentes para 2020, como o projeto Data Center, que seria a prioridade e exigiria um orçamento de R\$6.000.000,00 o ideal seria incluir um valor menor para o projeto Modernização das Instalações Elétricas do NUAD.</p>
<p><b>Deliberação:</b> Incluir R\$380.000,00 no orçamento de 2020</p>
<p><b>Prazo:</b> não houve</p>
<p><b>Unidade responsável:</b> SSG</p>

#### Sistema de prevenção e combate a incêndio na Sede do TRE-RJ

Daniel fez um pequeno apanhado do andamento do projeto “Sistema de prevenção e combate a incêndio na Sede” no qual o relatório inicial da empresa contratada para fazer o projeto de instalação do sistema de prevenção de incêndio indica que os prédios da Av. Presidente Wilson 194 e 198 precisam de grandes adequações.

Explicou que é muito complexo estimar um valor para a execução da obra, em especial porque o CBMERJ ainda não aprovou o projeto, além de este precisar ser revisto para considerar as futuras alterações em razão do Data Center. Apesar disso, a equipe da SSG chegou a um valor aproximado de R\$1.625.000,00.

Esclareceu ainda que para executar as adequações na Sede será preciso desocupar o prédio, e inicialmente, optou-se pela obra em 4 etapas com desocupação de 2 mil metros quadrados em cada uma, o que seria equivalente a desocupar de 2 a 4 andares em cada etapa.

Outra questão pontuada no relatório é que a Sede estaria com ocupação excessiva de aproximadamente 240 pessoas e que para desocupar estas 240 pessoas será preciso uma nova área de aproximadamente 2 mil metros quadrados.

Quanto a ocupação ideal dos prédios de Sede os presentes debateram que embora não exista legislação no RJ que trate da ocupação ideal por metro quadrado, há leis em outros Estados que determinam 7 metros quadrados por pessoa, enquanto que a Resolução CNJ n. 114 determina de 4,5 à 7,5 metros quadrados por pessoa. De acordo com Patrícia da SEFISC, no último levantamento feito, antes do PSI, a média nos prédios da Sede era de 4 metros quadrados por pessoa.

O Diretor Geral questionou o número de servidores considerados neste relatório, pois haveria algumas inconformidades. Daniel esclareceu que o número foi passado pela própria SGP. Fabio Galerani explicou que a SGP não teria como separar os servidores que estão lotados em um mesmo setor, mas divididos entre a Sede, Rodrigues Alves ou Caju.

Para Patricia o projeto de incêndio não mexerá na arquitetura das salas e do prédio, ele apenas serve como dimensionador. Lembrou que, no passado, chegou a fazer um estudo para a adequação dos prédios, estudo este que apontou algumas soluções como levantar mais 02 andares no prédio n. 194, que provavelmente não implicaria em grandes alterações na atual estrutura; construir uma escada na área de prisma sem grandes interferências na ocupação do prédio; e fazer um retrofit do prédio, o que demandaria uma desocupação provisória de cada andar. Mas pontuou que a premissa para essas adequações é que os 02 prédios se tornem propriedade do TRE e que os convertamos em um único imóvel, assim, com base na área total, seria possível ter apenas 1 escada.

Luciano esclareceu que o Congresso já aprovou a conversão em Lei da MP que determinou que os

imóveis não operacionais do INSS sejam cedidos ao SPU para regularização, e que, conversando com o INSS em Brasília sobre outra questão, obteve a informação de que o imóvel do prédio da Sede do TRE seria um dos primeiros a serem regularizados.

O Diretor-Geral adiantou que o Exmo. Desembargador Presidente tem interesse em regularizar a situação do prédio da Sede.

Para o Secretário de Manutenção e Serviços Gerais é preciso incluir no orçamento o valor de R\$1.625.000,00 para realizar uma série de adequações necessárias para a segurança dos servidores, apesar de ser um projeto de grande impacto e extremamente complexo, pois em um ano eleitoral irá deslocar servidores da Sede e fazer obras em todos os andares. Ele explicou ainda que o valor indicado não incluiria o necessário para alugar, por 6 ou 7 meses, o espaço de aproximadamente 2 mil metros quadrados, para onde 240 servidores, aproximadamente, seriam deslocados em cada etapa.

Fabio manifestou preocupação de empregar o valor de R\$1.625.000,00 no projeto do Incêndio e no futuro, com a ideia do retrofit da Sede, perder parte do esforço e das adequações feitas. Patricia esclareceu que é possível fazer um projeto para sanar os problemas indicados no relatório já tendo em vista o retrofit no futuro, mas que mesmo que se perca algo do que foi investido a obra não pode ser adiada.

Quanto aos riscos de executar esta obra em ano de eleição, o Secretário de Manutenção e Serviços Gerais frisou a importância da obra para garantir a segurança dos servidores, em que pese o risco de não conseguir executar tudo o que se pretende por ser um ano eleitoral.

O Secretário de Administração lembrou a importância de se levantar o custo dessa locação, pois hoje não há disponibilidade orçamentária para isso.

O Diretor Geral indicou algumas opções de solução definitivas para o caso de haver necessidade de diminuir a lotação da Sede em 240 pessoas como o *homeoffice* e o prédio da Sacadura Cabral, que hoje está sendo pouco utilizado. Apontou que é possível dividir estas pessoas por 3 ou 4 locais diversos. Além de ser necessário rever o número de servidores de forma mais detalhada, analisando a questão dos estagiários, das férias e dos terceirizados, entre outros.

Para o Secretário de Manutenção e Serviços Gerais o *homeoffice* é o caminho para solucionar o excesso de pessoas lotadas atualmente na Sede.

**Deliberação:** 1. Incluir no orçamento o valor de R\$1.625.000,00; 2. Levantar o custo estimado de locação do imóvel necessário para alocar os servidores durante a obra da Sede.

**Prazo:** não houve

**Unidade responsável:** 1.SSG 2. SAD

### **Modernização do Data Center**

O Secretário de Orçamento e Finanças, Marcio, manifestou preocupação em estarmos reiteradamente solicitando orçamentos e não executando, como no caso dos valores pedidos para o Data Center em vários anos anteriores.

O gerente do Data Center esclareceu que o valor reservado de R\$1.700.000,00 para execução do Data Center neste ano deve continuar reservado, pois a intenção é correr com o projeto e contratar ainda em 2019, mas que neste momento não há como ter certeza se esse objetivo será alcançado, pois podem ocorrer recursos e impugnações ao Edital, o que jogaria a contratação e a execução de todo o contrato em 2020.

Explicou-se que a aderência do planejado ao executado ficará prejudicada se não executar o Data Center em 2019, pois o valor de R\$1.700.000,00 embora apenas reservado está diluído em diversas rubricas.

Outra questão pontuada pelo gerente é que se pode optar pela contratação do reforço estrutural da laje juntamente com a Solução Data Center ou contratar separado, e neste caso poderia executar parte do orçamento de 2019 com essa obra. O valor estimado para a contratação do projeto de reforço é aproximadamente R\$30.000,00 e para a execução da obra de reforço é, em torno de, R\$100.000,00.

Daniel pontuou que de acordo com o Tiago Mosca da SEPROJ a reforço estrutural deve custar em torno de R\$700.000,00, Lado outro, Patrícia da SEFISC acredita que fique em torno de R\$100.000,00. O gerente defendeu que este valor somente será definido com a entrega do projeto pela empresa.

Daniel apontou que o ideal é fazer o reforço estrutural em 2019 para não atrapalhar a obra de prevenção e incêndio da Sede prevista para 2020.

Para o gerente a execução do reforço estrutural em 2019 ou depois, junto com a solução do Data Center, é uma decisão que ainda precisa ser melhor analisada.

Disse ainda que a estimativa de R\$6.000.000,00 foi feita pelas empresas de consultoria contratadas, sendo necessário definir se colocaremos o valor integralmente no orçamento de 2020, para o caso de não conseguirmos contratar neste ano ou se colocaremos apenas R\$4.000.000,00 considerando a possibilidade de executar parte em 2019. Também esclareceu que não há possibilidade de a execução ser estendida até 2021, pois é uma obra rápida, que duraria no máximo 180 dias, e que, inclusive, é possível executar em prazo menor.

De acordo com Patrícia é possível fazer a obra mesmo no período de eleição sem grandes impactos, pois o Data Center ficará no local do protocolo que tem acesso próprio, podendo haver um impacto maior perto da CAE onde ficará o gerador, e algum barulho que também pode incomodar um pouco.

O Secretário de Tecnologia da Informação, André, esclareceu que após tudo pronto o “move in” pode ficar para 2021.

**Deliberação:**

1. Incluir no orçamento de 2020 os R\$6.000.000,00, considerando o risco de haver glosa de parte deste valor. E se houver necessidade de um valor maior do que o disponibilizado pelo TSE, pleitear uma complementação depois que o projeto puder ser apresentado.
2. Rever o cronograma dos prazos de contratação do Data Center

**Prazo:** não houve

**Unidade responsável:** 1. STI 2. Equipe de projetos da Asplan e o gerente do projeto

**Rede Privada Virtual – VPN**

O Secretário de Tecnologia da Informação, Andre, esclareceu que o valor de R\$667.986,06 é para links de acesso de dados a serem instalados em 2020 e que já houve escalonamento da contratação e da instalação dos links até 2021, e que todos os equipamentos já foram comprados em 2018.

André explicou que o VPN poderia virar um backup secundário do backbone ou mesmo vir a ser o principal, mas que alguma redução de custos no backbone só seria esperada para 2020.

Pontuou por fim que não é possível adiantar para 2019 as contratações dos links previstas para 2020 e 2021, considerando o aproveitamento do orçamento de 2019 que talvez não seja executado

(R\$380.000,00 do projeto Modernização das Instalações Elétricas do NUAD e R\$1.700.000,00 do Data Center) pois a contratação dos links vai, num primeiro momento, aumentar o custo de manutenção.

Todavia, indicou que é possível adiantar compras de 2020 em 2019 para utilizar o orçamento, caso o valor contratado seja inferior ao estimado.

**Deliberação:** Incluir na proposta orçamentária de 2020 R\$667.986,06 para o projeto VPN.

**Prazo:** não houve

**Unidade responsável:** STI

#### Implantação da ferramenta de inteligência e de exploração de dados - BI

O Secretário de Tecnologia da Informação, Andre, esclareceu que o valor necessário para o aditivo contratual para aumentar as horas de consultoria poderia ser absorvido pelo orçamento da Secretaria e não há necessidade de se colocar no orçamento estratégico.

**Deliberação:** incluir no orçamento da Secretaria os valores necessários

**Prazo:** não houve

**Unidade responsável:** STI

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.

De acordo:

\_\_\_\_\_  
Bruno Cezar Andrade de Souza

\_\_\_\_\_  
Luciano dos Santos Dantas

\_\_\_\_\_  
Daniel Breuer

\_\_\_\_\_  
Andre dos Santos San'Anna

\_\_\_\_\_  
Marcio Bispo de Oliveira

\_\_\_\_\_  
Danielle da Cunha Martins Ribas

\_\_\_\_\_  
Sergio dos Santos Pinto Junior

\_\_\_\_\_  
Patricia Braga Uribbe Castro

\_\_\_\_\_  
Fabio Galerani Rodrigues Alves

\_\_\_\_\_  
Luiz Gerlado Cernicchiaro

\_\_\_\_\_  
Rejane Tiburcio Chaves

\_\_\_\_\_  
Vanessa Ferreira Martins Vilela

---

Flávia Conceição de Lima Vidal

---

Larissa de Matos Biajoli

---

Aldenir Acimen de Moraes

Original no Proc SEI 2019.0.000012361-7